

TURISMO ACESSÍVEL EM PORTO ALEGRE: MATERIAL INFORMATIVO EM COMUNICAÇÃO AUMENTATIVA E ALTERNATIVA

ACCESSIBLE TOURISM IN PORTO ALEGRE: INFORMATIVE MATERIAL IN AUGMENTATIVE AND ALTERNATIVE COMMUNICATION

Jeruza Santos Nobre⁵⁵

Kamila Lemes Soares⁵⁶

Eduardo Cardoso⁵⁷

Resumo

O presente artigo apresenta o desenvolvimento do projeto de um mapa com informações turísticas para a cidade de Porto Alegre. O material emprega recursos de acessibilidade com vistas a promover o acesso de diferentes públicos. O estudo terá como base a comunicação alternativa, levando-se em consideração a legislação e estudos anteriores sobre o assunto, além de ferramentas disponíveis e suas adaptações para a implementação no projeto. Por fim, o trabalho traz ainda um conjunto de outras estratégias usadas no material com o objetivo de torná-lo mais acessível, contudo, ressalta-se a falta de uma verificação aprofundada com diferentes usuários desses sistemas de comunicação.

Palavras-chave: Turismo acessível. Comunicação Aumentativa e Alternativa. Acessibilidade. Pictogramas. Mapa turístico.

Abstract

This article presents the development of a map design with tourist information for the city of Porto Alegre. The material uses accessibility features in order to promote access for different audiences. The study will be based on alternative communication, taking into account legislation and previous studies on the subject, as well as available tools and their adaptations for implementation at work. Finally, the work also brings a set of other strategies used in the material in order to make it more accessible, however, it emphasizes the lack of a thorough verification with different users of these communication systems.

Keywords: Affordable tourism. Augmentative and alternative communication. Accessibility. Pictograms. Tourist map.

⁵⁵ Pedagoga, mestranda PPGEDU – UFRGS na linha educação especial, saúde e processos inclusivos – bolsista CNPq;

⁵⁶ Bacharela em Design, mestre em design e fatores humanos e doutoranda PGdesign UFRGS;

⁵⁷ Arquiteto e urbanista, mestre e doutor em design pela UFRGS. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Design da UFRGS;

Introdução

Tornar uma cidade acessível é um dos grandes desafios do nosso século. Identificar e destruir as barreiras já existentes, sejam elas arquitetônicas ou comunicacionais, assim como a criação de projetos “sem barreiras”, levando-se em consideração o design universal, são necessidades urgentes para que o direito de acesso realmente aconteça para um maior número de pessoas, independentemente de idades ou habilidades, ou fatores considerados de exclusão. Todos têm o direito de usufruir do patrimônio material e imaterial da comunidade na qual estão inseridos, assim como todas as pessoas que chegam a essa cidade têm o direito de obter informações de forma mais acessível.

Neste artigo, aborda-se a produção de um mapa, em multi formatos acessíveis, de uma rota turística do município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O recorte, aqui aprofundado, apresenta a produção de pictogramas para a aplicação no mapa turístico. O desenvolvimento do projeto se dá a partir de uma prática realizada na disciplina de práticas e projetos inclusivos do Programa de pós-graduação em design na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Como lentes teóricas, assume-se as premissas defendidas na concepção do sujeito sócio-histórico, a partir da teoria geral de Lev Vygotsky (1896-1934); assim como se realiza um apanhado teórico sobre acessibilidade (PASSERINO; BEZ, 2015); inclusão (CORRÊA, 2017; PASSERINO, 2015); CAA (PASSERINO; BEZ, 2015); escrita simples (SILVA, 2018); escrita com símbolos e pictogramas no turismo (FRUTIGER, 2007; MORO, 2016). No último movimento, relata-se a produção do material informativo e a análise do resultado, sendo utilizado o método exploratório partindo de um levantamento sobre pictogramas, com vistas ao desenvolvimento de um mapa turístico acessível.

Metodologia

O projeto do mapa turístico em multiformatos acessíveis foi desenvolvido coletivamente, em duplas de projetistas, totalizando 10 pessoas envolvidas, além do professor da disciplina, que atuou como coordenador. A pesquisa apresenta objetivo exploratório, porém de natureza aplicada. Como nos informa Thiollent (2009), a pesquisa aplicada surge de uma demanda realizada por “atores sociais” (Thiollent, 2009, p.36), ou seja, concentra-se nos estudos de problemas vivenciados no dia a dia. Constitui-se como uma pesquisa sobre problemas práticos.

Neste sentido, Fleury e Werlang (2017) afirmam que “a geração de impacto da pesquisa aplicada vai além da dimensão acadêmica de divulgação do conhecimento científico, abrangendo várias outras dimensões.” (FLEURY; WERLANG, 2017, p.12). Sendo assim, além de colaborar para novos estudos sobre acessibilidade no turismo, esta pesquisa atinge dimensões sociais ao disponibilizar o folder para que seja usado por diferentes sujeitos, podendo dessa forma conhecer uma rota turística e participar da vida social e cultural de seu município.

Somaram-se à equipe duas pessoas com deficiência (visual e física), que participaram ao longo de todo o processo, como consultores, assim como uma turismóloga da Diretoria de Turismo e Eventos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Porto Alegre (SMDE).

Realiza-se um levantamento sobre o uso de sistemas pictográficos de comunicação aplicados a mapas e informações turísticas, visando à acessibilidade por meio da escrita simples e símbolos pictográficos de comunicação. A natureza aplicada, pela criação dos pictogramas e desenvolvimento coletivo de um mapa turístico acessível, como também de outros materiais que foram desenvolvidos e avaliados coletivamente até a conclusão das peças gráficas. Ressalta-se, novamente, que neste artigo, dar-se-á atenção ao desenvolvimento dos pictogramas para CAA em diálogo com a escrita simples elaborada para todo o material informativo. Dessa forma, também se realizou um levantamento sobre os pictogramas similares empregados em mapas e

materiais turísticos, além dos recursos de acessibilidade frequentemente utilizados nesse tipo de material.

Acessibilidade e inclusão

Dar acesso é proporcionar a inclusão. Incluir, pode-se entender como um ato de fazer valer os direitos adquiridos e propagados em legislações nacionais e internacionais. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), no artigo 27º, alínea 1, consta que “toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam” (BRASIL, 2009).

Para poder desfrutar de seus direitos com dignidade e em igualdade de oportunidade com os demais, o Estado deve oferecer condições de acessibilidade em todos os espaços, assim como a possibilidade de uso dos equipamentos e bens disponíveis ao público em geral, como em ruas, escolas, hospitais, praças, museus, prédios históricos. Nossa legislação assim entende, pois,

A constituição brasileira garante a todos o direito de viver com dignidade. Se a cidade segue disciplinada pelo texto constitucional, com normas de Direito Urbanístico, inegável que ela será o ambiente onde a inclusão social deve estar presente (ARAUJO; MAIA, 2016, p. 226).

Acessibilidade, segundo o dicionário brasileiro de língua portuguesa Michaelis (2020), é a qualidade ou o caráter do que é acessível. Facilidade na aproximação no tratamento ou na aquisição, sua origem vem do latim *accessibilitas, ātis* que significa livre acesso, acessibilidade, possibilidade de aproximação. Porém, acessibilidade aqui ultrapassa o conceito de um simples promover o acesso, indo na direção de um cuidado com a interação com autonomia, igualdade e respeito, assim como é preconizada na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2009), em seu artigo 9:

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades

com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana quanto na rural (BRASIL, 2008).

No preâmbulo da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), tem-se a mudança de paradigma sobre “onde está a deficiência”, a partir da afirmação que “a deficiência resulta da interação entre pessoas com incapacidades e barreiras comportamentais e ambientais que levantam obstáculos à sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade com os outros”⁵⁸ (Brasil, 2009, DECRETO Nº 6.949). Porém, ainda, indaga-se: para quem se produz inclusão? Quem é o sujeito da inclusão?

Uma resposta, de herança de um sistema biomédico, ainda encontrada é que o sujeito da inclusão é aquele com alguma deficiência, o que delimita que o sujeito possua uma falta ou uma ausência. Nessa perspectiva, surge a preocupação com a questão da patologização dos diferentes, colocando-os na categoria de “outro”, pois “ao nomear a angústia de existir por meio de categorias patológicas, a psiquiatria transforma uma condição ontológica essencial num espaço a ser regulado por discursos e intervenções [...]” (BEZERRA, 2014, p.7).

Nessa construção da deficiência, Angeluchi (2015), seguido por outros autores, discute, exatamente, o termo deficiência, e propõe a nomenclatura diferenças funcionais no lugar da “deficiência”, pois “o encontro com o diagnóstico modifica sensivelmente a maneira como o sujeito pensa a si próprio, a maneira como interpreta as próprias emoções, o modo de se conduzir na relação” [...] (BEZERRA, 2014, p.10). E, ao se utilizar a nomenclatura deficiência, destaca-se a ausência de algo no sujeito, quando, na verdade, o sujeito se constitui de forma completa e única, apenas com diferenças funcionais que mudam sua relação com o seu meio. Meio que deve suprir essas necessidades sem que elas se tornem uma falta ao sujeito, mas que suas diferenças sejam acolhidas e disso se criem interações e situações de aprendizagens possíveis.-

⁵⁸ Texto incorporado na legislação brasileira através do documento: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, já citado.

A relação do homem com o mundo físico é sempre mediada, o que a torna mais complexa. Esses elementos mediadores são de naturezas distintas e referem-se ao uso de instrumentos e de signos. O desenvolvimento dessas funções ocorre a partir do uso de signos que são instrumentos especificamente humanos, isto é, mediadores da natureza psicológica que tornam as ações humanas mais complexas e sofisticadas, produzindo novas relações com o ambiente e uma nova organização do próprio comportamento (CORRÊA, 2017, p. 382).

Compreende-se mediação pela teoria sociocultural de Lev Vygotsky (1991), ao afirmar ser o sujeito um sujeito sócio-histórico, em uma construção sempre mediada pelos objetos/pessoas/signos/culturas produzidos pelos próprios sujeitos (VYGOTSKY, 1991). A cultura, segundo o psicólogo russo, é produzida e ensinada no processo de troca entre os sujeitos (o que ocorre, principalmente, através da linguagem), processo denominado por intercâmbio social (VYGOTSKY, 1993). Quando a mediação é realizada através de signos, como no caso aqui apresentado dos pictogramas, tem-se, então, uma mediação semiótica, sendo essa mediação uma importante ferramenta para o desenvolvimento da linguagem, como uma das mais importantes formas de representação, pois permite o desenvolvimento dos sistemas semióticos.

Comunicação Aumentativa e alternativa (CAA)

Há certo consenso entre pesquisadores ao atribuírem a capacidade de comunicação, as linguagens, ao ser humano, como o grande diferencial evolutivo da espécie. Todas as linguagens derivam de um sistema de símbolos adquiridos ao longo de um processo histórico, que passa de geração para geração, de forma cultural, produzindo assim conhecimentos. Dessa forma, alertam Bez e Passerino (2015),

[...] a comunicação não pode ser pensada como um processo linear e reduzida ao processo gramatical ou fonético de combinar símbolos arbitrários. Trata-se, pelo contrário, de um processo complexo, que combina as dimensões social, histórica, interativa e intersubjetiva, além da linguística (BEZ, PASSERINO, 2015, p. 21).

Em outras palavras, a comunicação existe e só é possível por uma situação de mediação que a proporciona. Através da troca se constroem significados, sendo a

criança a receptora desses conceitos prontos ao interagir com o adulto, que já teve sua construção através do processo de aquisição da linguagem.

Por esse motivo, a Comunicação Alternativa é uma das áreas mais importantes no que tange às Tecnologias Assistivas, pois aborda técnicas que servem tanto para complementar ou suplementar o processo de comunicação do indivíduo com seu meio. Sendo assim, a CAA como área de conhecimento vê a comunicação como processo cognitivo e social e pretende dar alternativas para sua efetividade (BEZ; PASSERINO, 2015).

O Ministério da Educação (BRASIL, 2004) define Comunicação Alternativa como:

[...] a expressão comunicação alternativa e/ou suplementar vem sendo utilizada para designar um conjunto de procedimentos técnicos e metodológicos direcionado a pessoas acometidas por alguma doença, deficiência ou alguma outra situação momentânea que impede a comunicação com as demais pessoas por meio dos recursos usualmente utilizados, mais especificamente a fala (BRASIL, 2004, p. 4).

Neste sentido, Bersch (2017) traz que:

Destinada a atender pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar, escrever e/ou compreender. Recursos como as pranchas de comunicação, construídas com simbologia gráfica (BLISS, PCS e outros), letras ou palavras escritas, são utilizados pelo usuário da CAA para expressar suas questões, desejos, sentimentos e entendimentos. A alta tecnologia dos vocalizadores (pranchas com produção de voz) ou o computador com softwares específicos e pranchas dinâmicas em computadores tipo tablets, garantem grande eficiência à função comunicativa (BERSCH, 2017, p. 6).

A criança, portanto, nasce imersa em um contexto de comunicações e precisa de mediações (aqui não somente a criança, mas também o adulto com alguma dificuldade de comunicação) que permitam que se comunique. Assim, atribui-se o nome de Comunicação Aumentativa e Alternativa ao ato de comunicar que seja diferente do habitual.

Escrita Simples

A escrita simples é uma modalidade de construção de informações de maneira que seja fácil de ler e de compreender, para que um maior número de pessoas possa ter acesso, tal como: pessoas que não dominam a língua nativa ou possuam alguma dificuldade de leitura, assim como pessoas com alguma deficiência, transtorno ou déficit de comunicação. Torna-se, dessa forma, a informação acessível. Informação essa que é necessária para a comunicação, pois é sabido que toda comunicação se dará entre um emissor e um receptor que no seu meio social transmitem códigos e mensagens para a efetivação desta comunicação.

Essa comunicação abrange “as línguas faladas, a visualização de textos, o braile, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples escrita e oral [...]” (BRASIL, 2009, p.14). Quando um destes não é de entendimento do receptor, a mensagem ou código transmitido não exerce sua função comunicativa. Logo, não havendo compreensão da mensagem, a pessoa passa a ficar à mercê da interpretação de terceiros sobre seus desejos, vontades e muitas vezes têm sua aprendizagem questionada (RODRIGUES, 2011).

A escrita simples vem no sentido de tornar textos e matérias informativos acessíveis, que na prática: “são procedimentos realizados no momento da escrita de um texto para que ele possa ser mais facilmente compreendido por públicos determinados ou diferenciados” (SILVA, 2018, p. 4). Tornando a pessoa autônoma em seus contatos com leituras, documentos e demais materiais escritos sem que precise de alguém explicando e dando sua interpretação daquele material.

Para que essa escrita simplificada respeite o texto original, no caso de uma reescrita, e, seja, de fato, mais clara ao interlocutor, são necessárias algumas diretrizes como: delimitar e conhecer o público destinatário da escrita; evitar palavras rebuscadas que tornam o texto técnico; dividir os parágrafos em sentenças menores; manter frases curtas, no caso de informações longas, quebre-as em duas ou três frases; evitar pronomes oblíquos; manter pronomes relativos; reduzir o uso da voz passiva; repetir o

sujeito nas frases; entre outros (SILVA, 2017). Essas diretrizes não são regras a serem levadas totalmente à risca e a forma de escrita simples depende do público a qual o texto será destinado e o tipo de texto, por exemplo, um documento dedicado a imigrantes será reescrito em um formato diferente de um livro destinado a pessoas com baixa escolaridade.

Ressalta-se a extrema importância de quem transmite a mensagem pensar em quem irá receber: alguém com baixo nível de escolaridade, um imigrante ou alguém com alguma deficiência que afete sua forma de comunicação. Desse modo, a escrita simples não se restringe a um público específico, ela é útil a todos, basta pensar para quem aquela mensagem irá ser destinada.

Pictogramas

Os pictogramas são elementos visuais que, por serem figurativos, possuem a capacidade de comunicar mensagens complexas, a partir de um conjunto de gráficos, relacionados a objetos, representações e conceitos (MORO, 2016). Segundo Frutiger (2007), existem pelo menos três tipos de informação pictórica; o primeiro é a reprodução de imagens reais, como apresentado na figura (1); o segundo é de diagramas que exigem certo esforço mental, pois representam esquemas ou modos de funcionamento, como pode ser observado na figura (2), e encontrado em manuais; o terceiro é de sinais abstratos que exigem o seu aprendizado, como o símbolo da cruz vermelha (figura 3) que indica medicamento ou hospital.

Figura 1 - Banana



Fonte: ARASAAC.ORG, 2020.

Figura 2 – Abrir livro



Fonte: ARASAAC.ORG, 2020.

Figura 3 – símbolo da cruz vermelha



Fonte: ARASAAC.ORG, 2020.

O uso de pictogramas é bastante comum em diversos países, sendo usados em sinalização, no trânsito, em etiquetas de roupas, manuais, mapas, sites e outros inúmeros exemplos. Contudo, sua estrutura e composição gráfica podem variar, dependendo da sua utilidade. No projeto exposto neste artigo, o uso dado aos pictogramas está na representação de pontos históricos da cidade de Porto Alegre e em pontos de interesse ao turista, assim como na tradução para texto pictórico dos textos informativos.

Pictogramas na CAA

Os pictogramas que foram desenvolvidos neste projeto fazem parte das chamadas Tecnologias Assistivas, que consistem em uma área de estudos interdisciplinar a qual desenvolvem-se estudos, serviços, produtos e pesquisas com a finalidade de promover uma maior qualidade de vida e inclusão social a pessoas com deficiência (PASSERINO, 2015). Pictogramas são imagens com função de comunicação,

sendo esta a sua base de funcionamento. Pois estes pictogramas possibilitam a comunicação das pessoas não falantes por meio de imagens.

Destaca-se que os pictogramas do mapa turístico são, na verdade, de duas famílias. Há os pictogramas especialmente desenvolvidos para a sinalização dos pontos turísticos, juntamente com pictogramas já existentes no sistema *Arasaac*, Portal Aragones de Comunicação Aumentativa e Alternativa, financiado pelo Departamento de Educação Cultura e Desporto do Governo de Aragão da Espanha. O ARASAAC conta com um banco de pictogramas com mais de 14.000 imagens criadas por Sergio Palao, sob a Licença *Creative Commons* (ARASAAC.ORG, 2020).

Pictogramas CAA no turismo

A opção de utilizar pictogramas em mapas turísticos não é nova, podendo ser encontrada em diversos outros mapas turísticos. A justificativa possível para o amplo uso de pictogramas orbita na possibilidade que o próprio pictograma possa revelar mais pistas visuais sobre o local que o turista tenta explorar de modo muito rápido e intuitivo, facilitando a sua experiência.

Também se buscou, para este trabalho, exemplos de outros mapas turísticos (figura 4 e 5) que utilizavam elementos pictográficos dos pontos de interesse ao turista, como os mapas da cidade de Santiago e da Terra do Fogo.

Figura 4 – mapa Santiago



Fonte: NEVES; CAMARGO, 2014.

Figura 5 – Mapa Terra do Fogo



Fonte: NEVES; CAMARGO, 2014.

Observa-se que apesar desses mapas trazerem pontos geográficos e arquitetônicos importantes para o turista, indicando sua localização geográfica, o grande número de informações visuais, a escala e o contraste, podem não ser o ideal para algumas pessoas com deficiência visual ou cognitiva.

Desenvolvimento dos Pictogramas

Neste projeto, buscou-se trazer pictogramas universais como também pictogramas específicos dos pontos turísticos. O motivo de utilizar os pictogramas universais, como os da figura (6), é de trazer informações de serviço sobre os pontos turísticos relevantes ao turista. Por exemplo, se naquele local há banheiros, restaurantes, se a atração é paga ou se ela é gratuita, dentre outras informações.

Figura 6 – pictogramas em preto e branco



Fonte: autoria própria, 2019.

Para o desenvolvimento dos pictogramas dos pontos turísticos, primeiro foi realizada a escolha dos pontos que seriam representados. Locais que são áreas de interesse ao turista como prédios históricos, museus, ruas históricas ou boêmias, parques, dentre outros.

Após a definição da rota turística de Porto Alegre – RS, a qual constaria no mapa, definiu-se os locais que seriam representados, por exemplo, o Cine Capitólio, o Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Parque da Redenção, dentre outros. Sendo realizado o trajeto do percurso turístico e verificado os pontos relevantes que auxiliam o turista na identificação desses pontos, assim como sua localização no mapa.

Durante a elaboração dos pictogramas, optou-se por usar menos detalhes e eliminar determinados ornamentos, focando em elementos definidores dos locais. Buscou-se, também, um olhar mais próximo da realidade dos pontos turísticos, como também representá-los em sua visão frontal.

Como um exemplo de construção, a figura 7 apresenta uma geração de alternativas dos pictogramas. A figura 7a é uma foto do Centro Cultural UFRGS, a figura 7b é a primeira alternativa, eliminada devido à sua complexidade visual e tridimensionalidade, optando-se pela figura 7c, que é um fragmento da anterior, contudo, ainda foram sendo excluídos elementos desnecessários ou muito pequenos para a visualização, focando na fachada do prédio.

Figuras 7 – Geração de alternativas



a) foto do local, b) primeira alternativa, c) simplificação final.

Fonte: foto de Claiton Dornelles, 2017; autoria própria, 2019.

A verificação dos pictogramas foi realizada pelos participantes do projeto, focando em simplicidade, contraste e representação icônica realista dos locais. Esses

pictogramas foram usados em três momentos: no primeiro, no próprio mapa da cidade para facilitar a localização; no segundo, na área de informações sobre o local; e, no terceiro, no *site*, onde há um texto informativo completo sobre os pontos turísticos reescrito em forma de Comunicação Aumentativa e Alternativa, reforçando a iconicidade do local representado.

Apresentação dos resultados

O mapa com o percurso turístico foi desenvolvido e aplicado em um folder a ser distribuído nos pontos turísticos da cidade. Devido ao acesso ao grande público, buscou-se, neste projeto, atender ao maior número de pessoas, independentemente de suas limitações, pois manteve-se o foco nos recursos de acessibilidade que promovem o uso por todos.

Observando a figura 8, vê-se a localização dos pictogramas em conjunto com seus marcadores, indicando a ordem do percurso. Outro elemento no mapa, a ser destacado, são as três linhas do percurso que indicam o nível de dificuldade presente, sendo essa determinação realizada após uma análise geográfica da região, levando-se em consideração a elevação do terreno, tamanho das calçadas, tipo de solo, presença de rampas, distância percorridas, dentre outros.

Figura 8 – mapa turístico da cidade de Porto Alegre em multi formato acessível



Fonte: arquivo próprio, 2019.

Já no verso do folder, tem-se um breve texto informativo sobre os locais, além dos pictogramas universais das informações relevantes para cada local, como pode ser visto na figura a seguir.

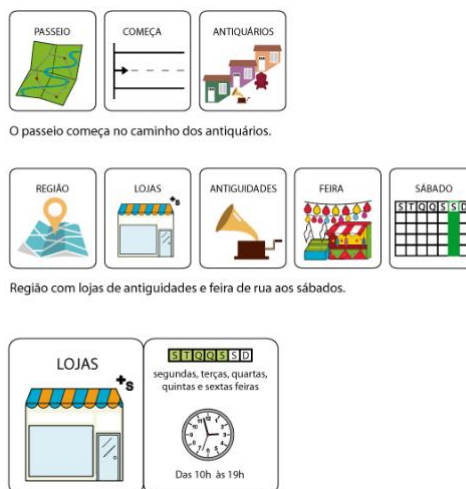
Figura 9 – verso do folder



Fonte: arquivo próprio, 2019.

As mesmas informações foram reescritas em escrita simples e com símbolos pictográficos de comunicação que podem ser acessadas de forma completa por *QRcode*, visto que no folder as informações relevantes sobre os locais estão escritas de modo resumido e pontual.

Figura 10 – Texto em CAA



Fonte: Arquivo próprio, 2019.

Com a apresentação do material desenvolvido cabe ressaltar que ao projetar novos materiais informativos, que envolvam as rotas turísticas de Porto Alegre – RS, é preciso o emprego dos mesmos pictogramas. É necessário que uma mesma palavra seja sempre simbolizada com um mesmo símbolo, facilitando assim seu entendimento, ou seja, ao sinalizar nesse folder o museu da UFRGS de determinada maneira, este deve ser sempre simbolizado assim em futuras produções acessíveis.

Considerações finais

Compreende-se que estamos vivendo uma mudança de paradigma sobre onde se encontra, realmente, a deficiência. Daí a importância que o conceito de deficiência passe a ser visto por outras perspectivas, não apenas pela perspectiva da ausência e da falta, mas pela diferença. Um mundo mais acessível é possível à medida que se reconheça e não se deixem as barreiras existirem.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do projeto de um mapa turístico da cidade de Porto Alegre em multi formato acessível, utilizando-se de CAA, deu-se compreendendo que espaços turísticos devem respeitar e valorizar as múltiplas diferenças humanas e ser de acesso a todos. Desse modo, o mapa elaborado, coletivamente, busca sinalizar onde estão os espaços acessíveis, informações essenciais de serviço, as distâncias e tempo de percurso de um local a outro. Para tanto, faz uso de linguagem simples (escrita e visual) para um melhor entendimento, além do uso de pictogramas para pessoas que possam ter dificuldades no entendimento do português escrito.

Como possibilidade para sequência do projeto, e, também, para suprir a carência surgida na pesquisa até o momento, tem-se a necessidade de verificação do material com um número maior de pessoas, uma vez que ao longo do desenvolvimento do projeto não se teve a participação de usuários de CAA, apenas especialista no tema. Assim, destaca-se a importância de teste dos parâmetros empregados de acordo com a necessidade dos usuários, para assim, realizar melhorias ou alterações, em trabalhos futuros. Ressalta-se que a inclusão envolve, portanto, muitos atores, não apenas o

indivíduo com deficiência, mas profissionais que trabalham para que os direitos de todos sejam garantidos com igualdade, segurança e respeito.

Referências

ANGELUCHI, C. B. **A patologização das diferenças humanas e seus desdobramentos para a educação especial**. Florianópolis: 37º Reunião Nacional ANPEd, 2015. p.1-20.

ARAUJO, L. A. D.; MAIA, M. A Cidade, o Dever Constitucional de Inclusão Social e a Acessibilidade. **Revista de direito da cidade**, 2016. Rio de Janeiro, v.8, n.1.

BERSH, R. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf acesso em: 28/07/2020.

BEZ, M. R.; PASSERINO, L. M. Perspectiva histórica do Scala. In: **Comunicação alternativa: mediação para uma inclusão social a partir do SCALA** [recurso eletrônico]. Líliliana Maria Passerino, Maria Rosângela Bez (Org.). Passo fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

BEZERRA JR, B.; ZORZANELLI, R.; COSTA, J.F. **A criação de diagnósticos na psiquiatria contemporânea**. Rafaela Zorzanelli, Benilton Bezerra Jr, Jurandir Freire Costa (orgs.) Rio de Janeiro: Garamond LTDA, 2014. p.9-35.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência**. Decreto nº 6.949 de 2009.

BRASIL. **Portal de ajudas técnicas para educação**: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos para comunicação alternativa. Ministério da educação, Brasília: 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/comunicacao.pdf> acesso em: 28/07/2020.

BORDA, G. Z.; DUARTE, D. C.; MOURA, D. G.; SPEZIA, D. S. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. **Rev. Brasileira de pesquisa em turismo.**, São Paulo, V. 9, n. 3, p. 537- 553, 2019.

CORRÊA, C. R. G. L. A relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem: perspectivas teóricas. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 379-386, Dec. 2017.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948. Disponível em: < <https://brasil.un.org/>>. Acesso em: 19 set. 2020.

FLEURY, M.T.L.; WERLANG, S. R.C.. **Pesquisa aplicada**: conceitos e abordagens. São Paulo: GV pesquisa, 2016-2017.

FRUTIGER, A. **Sinais e símbolos**: Desenho, projeto e significado. 2.e.d., São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MORO, G. H. **Pictograma e pictografia**: objeto, representação e conceito. Tese (Doutorado), UTFPR, Curitiba, 2016.

NEVES, N; CAMARGO, N; **Mapas**. disponível em & It; <https://www.mundodosmapas.art.br/>> acessado em 05 de novembro de 2020.

PALAO, S.; ARASAAC; **Pictogramas**. disponível em: <http://catedu.es/arasaac/>; Licença: CC (BY-NC-SA), acessado em 7 de janeiro de 2020.

PASSERINO, L. M.; BEZ, M.R.. Sobre comunicação e linguagem. In: PASSERINO, Liliansa Maria; BEZ, Maria Rosângela. **Comunicação alternativa**: mediação para uma inclusão social a partir do Scala. Passo Fundo: UFP editora, 2015.

PASSERINO, L. M. A tecnologia assistiva na política pública brasileira e a formação de professores: que relação é essa? In: BAPTISTA, C.R (org). **Escolarização e deficiência**, 2015.

RODRIGUES, G. F. **“E SE OS OUTROS PUDESSEM ME ENTENDER?”** os sentidos da comunicação alternativa e suplementar (CAS) produzidos por educadores especiais. 2011. 197p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2011.

SILVA, A.D.C; FINATTO, M.J.B. **Orientações básicas para a simplificação de um texto**. Material em slides. Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: [hdp://www.ufrgs.br/textecc/ guia Acessibilidade TT](http://www.ufrgs.br/textecc/guia_Acessibilidade_TT). Acesso em: 28/07/2020.

THIOLLENT, M.. **Metodologia de Pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 2009.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Livraria Martins Fontes editora LTDA: São Paulo, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Livraria Martins Fontes editora LTDA: São Paulo, 1993.

Data do envio: 27/08/2020

Data do aceite: 15/12/2020.